



# Conheça o POLI

**Direção**  
55(21)3865-9700

**Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional**  
55(21)3865-9706

**Vice-Direção de Ensino e Informação**  
55(21)3865-9729

**Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**  
55(21)3865-9705

**Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde**  
55(21)3865-9745

**Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde**  
55(21)3865-9780

**Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde**  
55(21)3865-9765

**Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde**  
55(21)3865-9788

**Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde**  
55(21)3865-9784

**Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde**  
55(21)3865-9770

**Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9720

**Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica**  
55(21)3865-9740

**Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9750

**Coordenação de Administração**  
55(21)3865-9820

**Coordenação de Cooperação Internacional**  
55(21)3865-9730

**Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos**  
55(21)3865-9860

**Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde**  
55(21)3865-9850

**Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9732

**Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde**  
55(21)3865-9728

**Biblioteca Emília Bustamante**  
55(21)3865-9840

**Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde**  
55(21)3865-9892

**Secretaria Escolar**  
55(21)3865-9865

**Serviço de Informática**  
55(21)3865-9810



Revista Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

**Revista Trabalho, Educação e Saúde**  
55 (21) 3865-9850 | [www.revista.epsjv.fiocruz.br](http://www.revista.epsjv.fiocruz.br)

## RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)  
55 (21) 3865-9730



**Biblioteca Virtual em Saúde**  
55 (21) 3865-9840 | [www.bvseps.epsjv.fiocruz.br](http://www.bvseps.epsjv.fiocruz.br)



**Observatório dos Técnicos em Saúde**  
55 (21) 3865-9750 | [www.observatorio.epsjv.fiocruz.br](http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br)



**Comitê de Ética em Pesquisa**  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

**Comitê de Ética em Pesquisa**  
55 (21) 3865-9710

<b>Capa</b> Debate recente e ainda inconcluso	4
<b>Entrevista</b> Venício de Lima: 'Temos uma cobertura comercial muito contaminada e partidária'	9
<b>Conferência Nacional de Educação</b> Financiamento, valorização de profissionais e inclusão no centro dos debates	12
<b>Almanaque</b>	17
<b>Em dia com a história</b> Epidemias de influenza	18
<b>Esporte</b> Megaeventos esportivos e políticas públicas	20
<b>Formação política</b> Escola Nacional Florestan Fernandes	22
<b>Livros</b> O império da imagem no mundo contemporâneo - resenha do livro 'Crítica da Imagem e da Educação: Reflexões sobre a contemporaneidade'	24
<b>Dicionário</b> Hegemonia	26

O tema das drogas é, normalmente, associado à violência e às políticas de segurança pública. Embora trate da questão legal, discutindo as diferenças de abordagem e resultados entre as estratégias de tolerância zero e as de redução de danos, a matéria de capa desta Revista trata a questão das drogas como um problema de saúde pública, propondo uma discussão que fuja do senso comum e dos estereótipos que esse assunto provoca. Nesse sentido, coloca o debate sobre dependência no campo em que deve estar — o do conhecimento científico ligado ao campo da saúde que, entendido no seu sentido ampliado, não deixa de levar em conta as relações sociais.

Com a chegada do inverno no hemisfério sul, outro problema de saúde pública — que, diferente da questão das drogas, é sazonal — se apresenta. Na seção 'Em Dia com a história', você vai descobrir que a Influenza A H1N1 não é só o nome da gripe que surgiu recentemente e está mobilizando uma campanha de vacinação no Brasil — é também o nome da Gripe Espanhola que, em 1918, matou 40 milhões de pessoas numa pandemia mundial. Mas não se alarme: o nome é o mesmo mas as 'impressões digitais' são bem diferentes.

Pegando carona na aproximação da Copa do Mundo, esta edição traz também uma discussão sobre as políticas que defendem e justificam os megaeventos esportivos. E, no 'Dicionário', o conceito de hegemonia vai mostrar como somos levados a agir contra os nossos interesses não só pela força (que obriga), mas também pelo convencimento.

Por fim, você, que acompanhou toda a série de reportagens sobre os eixos temáticos da Conferência Nacional de Educação terá, finalmente, a cobertura da Conae. Para fechar esse editorial, fica um convite para que todos conheçam a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes, que está criando uma associação para ajudar na sua manutenção e expansão. Como conhecer e como participar você fica sabendo também em matéria desta Revista.

Boa leitura!

Ano II - Nº 9 - jan./fev. 2010  
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.  
ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)  
Isabel Brasil, Sergio Munck, Maurício Monken, Márcia Valéria Morosini, Marise Ramos, Marco Antônio Santos, Felipe Rangel, José Orbílio Abreu, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Márcia Lopes, Cristina Araripe, Monica Vieira, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo, Marcia Teixeira, Telma Frutuoso, Andrea Ramos, Rafael Calazans.

#### Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

#### Repórteres e redatoras

Raquel Torres  
Leila Leal

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca  
Marcelo Paixão

#### Capa

Zé Luiz Fonseca

#### Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

#### Jornalista do Portal EPSJV

Raquel Junia

#### Assistente de Gestão Educacional

Luciane Vicente  
Estela Carvalho

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro  
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

# Debate recente e ainda inconcluso

Prevenção, tratamento e questões legais em relação ao uso de drogas são pontos polêmicos e dividem países

Raquel Torres

As drogas atualmente lícitas sempre foram toleradas, as ilícitas sempre foram malvistas, todas elas levam a um grau maior ou menor de dependência e foram as questões de saúde que nortearam as decisões sobre a proibição de determinadas substâncias. Certo? Bem... Não exatamente. Nessa reportagem, procuramos abordar a questão sob uma outra ótica que não a do senso comum, tentando compreender como as substâncias que percebemos como 'drogas' se relacionam à saúde e quais são as estratégias possíveis para a prevenção e o tratamento.

## O início do problema

“A droga faz parte da humanidade. Não existe nenhuma sociedade conhecida que não tenha a presença do uso de drogas”. A afirmação de Marco Aurélio Soares, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) é consensual: seja em rituais religiosos, seja para fins recreativos ou ainda para curar doenças físicas e psicológicas, o uso de substâncias que alteram o organismo – definição de 'drogas' – sempre foi registrado. Mas a conexão entre o uso de drogas e problemas de saúde é recente; também é recente a preocupação mundial a respeito da necessidade de definir quais substâncias devem ter seu consumo permitido e quais devem ser proibidas.

Para Luciana Boiteux, professora de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi a primeira Conferência Internacional de Drogas que marcou o princípio do estabelecimento de um quadro jurídico internacional calcado na imposição do modelo proibicionista a todos os países. O ano era 1909 e, desde então, foram assinados vários tratados internacionais – o Brasil é signatário de todos eles – para cuidar desse modelo, que trabalha com a distinção entre drogas lícitas e ilícitas. Foi também nessa época que a proteção à saúde começou a se consolidar como justificativa oficial para a proibição ou liberação de cada substância. “Mas, apesar do uso dessa justificativa, a discussão não foi pautada por grandes debates médicos e pesquisas científicas”, critica a professora. Marco Aurélio concorda: “A proibição de muitas drogas teve não uma motivação médica, mas política. Se fosse médica, toda droga que faz mal à saúde deveria ter sido proibida, como o álcool e o tabaco”, argumenta.

De acordo com Luciana, muitas teses tentam explicar as motivações políticas que influenciaram a questão. “Havia muitos interesses em jogo – entre eles, o de grandes laboratórios farmacêuticos europeus que estudavam o uso

medicinal de algumas substâncias, como a cocaína, e eram contra a proibição. Alguns autores defendem que a criminalização começou nos EUA como estratégia de perseguição a determinadas minorias, como os chineses, que usavam ópio, e os mexicanos, que usavam maconha. Também há autores que dizem que a maconha, por exemplo, foi proibida porque havia uma concorrência entre o uso industrial do cânhamo, que é a fibra da planta, e a lycra, que vem do petróleo”, comenta.

## Efeitos nocivos

Não é que as drogas não façam mal algum à saúde – pelo contrário, os efeitos nocivos são amplamente divulgados. O uso contínuo de cocaína, por exemplo, pode levar a problemas de arritmias cardíacas e morte de células do cérebro; o crack, ainda mais potente e usado por via nasal, lesa todos os componentes estruturais do pulmão; a heroína é a maior causadora de morte por overdose; o tabaco é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a maior causa de morte evitável no mundo – anualmente morrem quase cinco milhões de pessoas em decorrência de problemas causados por ele.

E existe ainda a dependência. Nem todas as drogas causam a dependência física, que se caracteriza tanto pela tolerância – necessidade de doses cada vez maiores para ter os mesmos efeitos – quanto pelos sintomas de abstinência, como tremores, distúrbios de sono, vômitos e delírios. Na verdade, são poucas as drogas que levam à síndrome de abstinência e, entre elas, estão o álcool, a heroína e remédios sedativos. Em geral, o que se desenvolve é uma dependência psicológica, caracterizada pela 'fissura' (uma vontade incontrolável de consumir a droga). É o que ocorre comumente com usuários de substâncias alucinógenas, por exemplo.

Hoje, no entanto, o conceito de dependência não se faz mais seguindo essa divisão rígida entre 'física' e 'psicológica'. De acordo com Pedro Gabriel Delgado, coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, uma pessoa é considerada dependente se tiver três ou mais das seguintes características no intervalo de um ano: forte desejo de consumir a substância; dificuldade em controlar o consumo; sintomas físicos de abstinência; evidências de tolerância; abandono de outros interesses em favor do uso da substância; e persistência no uso da droga a despeito das consequências nocivas experimentadas.

O problema é que não dá para prever quando alguém que consome drogas se tornará dependente. A maior parte dos especialistas considera a dependência um resultado de três fatores: o sujeito, a droga e o meio sociocultural. Paulina Duarte, secretária nacional de políticas sobre drogas, afirma que como as características pessoais, da droga e do ambiente são apenas fatores, então não se pode falar em uma relação de causalidade. “A presença de algumas características não determina necessariamente o uso de drogas e a dependência, mas aumenta o risco de ela ocorrer”, afirma. Por isso, há pessoas que conseguem fazer uso esporádico de drogas consideradas pesadas, como a cocaína, sem criar dependência, enquanto outras se tornam dependentes mesmo após poucas experiências de uso.

## Prevenção nas escolas

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid/USP) fez, em 2004, um levantamento em escolas públicas e particulares brasileiras de ensino fundamental e médio de 27 capitais e mostrou que 22,6% dos estudantes já haviam usado algum tipo de droga na vida, excluindo-se o álcool e o tabaco. Além disso, cerca de 2% dos estudantes faziam uso pesado de drogas, mais de 20 vezes por mês. Quando o assunto é álcool, os números são ainda maiores: 65,2% já haviam experimentado bebidas alcoólicas alguma vez na vida, enquanto 11,7% bebiam frequentemente (seis vezes ou mais por mês) e 6,7% faziam uso pesado do álcool. O tabaco representou números expressivos, porém

menores: 24,9% dos estudantes já haviam experimentado.

A orientação da ONU hoje é que o tratamento ao uso de drogas seja feito com base na prevenção. Como indicam os dados da pesquisa, muitas pessoas começam a ter contato com drogas ainda enquanto estudantes e, por isso, é natural pensar na escola como local adequado para prevenir. De acordo com Tiago Magalhães Ribeiro, filósofo e mestre em educação que estuda especificamente a prevenção às drogas no âmbito escolar, ainda em 1971 foi editada a primeira legislação que tratava especificamente da prevenção no Brasil. “Nesse momento, ficou estabelecido que estados e municípios deveriam submeter seus professores aos cursos que o Ministério da Educação (MEC) passaria a instituir para que esses professores pudessem abordar o tema em sala de aula. Nessa primeira legislação, os professores envolvidos seriam os responsáveis pela disciplina de Educação Moral e Cívica, instituída pelo regime militar. É interessante notar isso porque desde o princípio a questão foi tratada com um forte enfoque moral”, observa.

Mais recentemente, em 2003, surgiu o programa Saúde e Prevenção na Escola, com foco na prevenção ao uso de drogas, à AIDS e à gravidez na adolescência. Uma das estratégias é justamente a formação de profissionais da educação. “A ideia é que esses profissionais possam identificar estudantes usuários de drogas para encaminharem aos serviços de saúde responsáveis. Além disso, os participantes do curso elaboram projetos de prevenção para suas escolas”, explica Fátima Malheiros, que coordena o programa. Mais tarde, em 2007, veio o Programa Saúde na Escola (PSE), voltado também a outras questões de saúde dos estudantes. Segundo sua coordenadora, Martha Klumb, o Saúde e Prevenção é ‘pai’ do PSE e hoje está inserido nele. No PSE, as escolas recebem a visita de equipes de saúde da família que avaliam as condições de saúde dos alunos, ajudando, entre outras coisas, a identificar casos de uso de drogas.

## O que pode e o que não pode no Brasil

A mais recente legislação brasileira de drogas, a lei 11.343/2006, estabelece a despenalização do usuário. Isso quer dizer que o uso de drogas é crime, mas não é passível de pena de prisão: “Há penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, advertências ou medida de comparecimento a um programa educacional”, explica Luciana. Uma situação análoga é a do cultivo de substâncias para uso próprio: é crime, mas não leva à prisão.

O tráfico, por sua vez, é punido com o encarceramento e, na opinião de Luciana, é preciso avançar nessa questão para diferenciar pequenos, médios e grandes traficantes. Na pesquisa ‘Tráfico de drogas e Constituição’, que ela integrou com outros pesquisadores da UFRJ e da Universidade de Brasília (UnB), concluiu-se que em geral os comerciantes presos são os pequenos traficantes – pessoas normalmente pobres, sem controle do processo e que estão lotando as prisões. Os ‘grandes’ não são pegos. “Defendemos que a lei determine quantidades diferenciadas para usuários e pequenos, médios e grandes traficantes. O grande comerciante – o atacadista, que lucra mais – deveria ter uma pena mais pesada. Além disso, a lei deveria estabelecer distinções por tipos de drogas. Hoje, alguém que vende crack – droga muito pesada – tem a mesma pena de quem vende por exemplo a maconha, que oferece muito menos riscos. Isso também precisa ser revisto”, diz Luciana.

### Reduzindo danos

Houve um grande rebuliço quando alguns países europeus começaram a fazer a distribuição de seringas descartáveis e kits para desinfecção a usuários de drogas injetáveis. O objetivo era evitar a contaminação pelo vírus HIV, que pode ser transmitido pelo sangue e, portanto, por meio de seringas compartilhadas. “Isso começou a ser feito também no Brasil, e algumas das primeiras experiências foram em Santos, no litoral paulista. Lá,



Raquel Torres

Muitas teses tentam explicar as questões políticas e econômicas que levaram à proibição de algumas drogas, entre elas a maconha

alguns dos assistentes sociais e agentes de saúde que faziam a distribuição chegaram a ser processados criminalmente por incentivo ao uso de drogas”, lembra Luciana Boiteux. Mas a intenção não era incentivar o uso – a ideia era não interferir no uso propriamente dito, mas criar condições para que ele não acarretasse ainda outro problema: o da AIDS.

Essa é a proposta da ‘redução de danos’, que, apesar da resistência inicial, se desenvolveu e foi ampliada, e hoje é adotada no Brasil como uma política de Estado, embasando a Política Nacional de Drogas. Marco Aurélio explica que esse modelo se opõe ao da abstinência total, que, de acordo com ele, tem problemas de funcionamento: “O usuário se interna numa clínica ou comunidade terapêutica, onde deve se abster totalmente do uso de drogas, na chamada desintoxicação. Depois disso, ele pode receber alta, mas deve se manter abstinente. O problema é que, na verdade, uma parte grande dos pacientes acaba voltando a usar drogas e o objetivo não é atingido”, diz.

A redução de danos, por outro lado, até pode apontar para a abstinência, mas não é norteadora por essa proposta. Em momentos de crise, pode haver internação, apenas para que sejam feitos os cuidados com relação à síndrome de abstinência ou a complicações clínicas. Paulina Duarte explica o conceito: “A redução de danos visa a prevenir os agravos à saúde associados ao consumo de drogas. Hoje, ela não está restrita às ações com usuários de drogas injetáveis. Também são estratégias a identificação de usuários e o encaminhamento aos serviços de saúde, a orientação e a prestação de informações sobre a prevenção de doenças, por exemplo”.

Segundo Marco Aurélio, uma das formas de prevenção tem sido a partir dos Consultórios de Rua e dos Centros de Atenção Psicossocial para Alcool e Outras Drogas (Caps ad) onde é feito o acompanhamento. “Uma equipe vai, num carro ou van, até locais onde moradores de rua usam drogas. A abordagem começa com o oferecimento de alguns serviços, como curativos e coleta de sangue para fazer exames, além de ações de acolhimento e entrega de alimentos. Quando está em contato com os usuários, a equipe sugere que eles se dirijam até os Caps ad”, diz o professor. E dá certo? De acordo com ele, essa ainda é uma experiência nova no Brasil, mas que já tem dado resultados positivos. “A questão dos moradores de rua como con-

sumidores de drogas é complexa. Tem todo o contexto da vida deles, das expectativas, da ansiedade com a constante possibilidade de repressão policial, entre outros fatores. A droga pode funcionar como um amenizador de toda essa tensão, e a estratégia dos Consultórios de Rua e dos Caps ad é usada nesse sentido: para que eles tenham momentos de algum relaxamento”, explica.

Outras formas de se chegar até o Caps são a demanda espontânea ou o encaminhamento pela rede de saúde, seja pela Estratégia Saúde da Família (ESF), seja por profissionais que façam o atendimento emergencial de pessoas com problemas causados por drogas. Para Marco Aurélio, a ideia é que os Caps funcionem sempre articulados à ESF. “Os agentes comunitários de saúde são aqueles que podem identificar os casos mais facilmente, Quando existe essa articulação, os Caps funcionam bem. Eles não devem ficar isolados, apenas esperando os pacientes chegarem”, avalia. Segundo Pedro Gabriel, este ano a formação

continuada dos profissionais da ESF vai incluir módulos sobre álcool e outras drogas para dar conta desse problema. Além disso, outro dos projetos de formação para 2010 envolve a EPSJV/Fiocruz: trata-se da qualificação de profissionais de nível médio do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo que trabalhem nos Caps e nos Consultórios de Rua. A expectativa é que também sejam realizados cursos para alunos do Mato Grosso e de Goiás.

### Outras medidas

E é possível ir ainda mais longe na redução de danos: “Um exemplo de estratégia usada em alguns países é o tratamento de drogas pesadas, como a heroína, com a sua substituição por metadona, que também é derivada do ópio, mas é mais leve”, afirma Luciana. De acordo com ela, o modelo da redução de danos é diferente do proibicionista mais severo, porque é basicamente preventivo: “As estratégias são de saúde pública e dá-se a informação ao usuário sobre os riscos das drogas, enquanto o Estado garante que o uso, quando ocorrer, seja seguro”.

Mas essas ações não entram em conflito com a legislação brasileira, que define como crime o uso de drogas? Paulina Duarte esclarece: “Os profissionais compreendem que, apesar de ilegal, o uso de drogas existe e as pessoas muitas vezes precisam de ajuda para lidar com os problemas decorrentes do consumo. Se um paciente em tratamento relata uma recaída, isso deve ser encarado como parte do processo, e não como um problema que precisa ser relatado à autoridade policial”, diz a secretária.

Também para Luciana a legislação não é um problema para o uso da redução de danos, pois o Brasil adota um modelo de “proibicionismo moderado”: “Proíbe-se tanto o uso quanto a venda, mas se adota a prevenção como estratégia complementar, indissociável da repressão. A redução de danos está expressamente defendida e regulamentada nos documentos oficiais, de modo que ela é possível conceitualmente”, explica. É

Uma das novas estratégias para a redução de danos às populações de rua é a de Consultórios de Rua



diferente do que ocorre, por exemplo, em países como EUA, China e Rússia, que se opõem à redução de danos.

Mas, mesmo considerando que o Brasil tem avançado em sua legislação, a professora acredita que muitos debates ainda precisam ser realizados. O grupo que participou da pesquisa 'Tráfico de drogas e constituição' se posiciona a favor da descriminalização do uso das drogas de maneira geral, e não apenas de sua despenalização. "Isso não quer dizer que se deva descriminalizar dizendo que as drogas são uma coisa boa, mas justamente para permitir uma maior prevenção na saúde, retirando a parte policial do problema", explica Luciana, afirmando que um modelo interessante a ser estudado é o que Portugal adotou recentemente. Apesar de ter mantido a proibição da venda, o uso não é mais crime nesse país: "Hoje, se uma pessoa for flagrada em Portugal como usuária de qualquer tipo de droga, ela entra numa comissão de prevenção à dependência e sofre uma sanção administrativa ou é encaminhada para receber orientações", diz Luciana, observando que o modelo tem sido bem aceito, uma vez que a prevenção aumentou: "Isso porque, quando o uso sai da esfera penal, as pessoas se sentem mais livres para buscarem ajuda. Caso contrário, os usuários ficam numa marginalidade", pontua.

A professora acredita que é preciso discutir a possibilidade da legalização controlada de drogas. Ela explica: "Não é aquele 'legalize', no sentido mais coloquial, de liberar tudo. É uma proposta de estabelecer um controle de saúde pública e autorizar o comércio, a venda, a produção e o consumo de determinadas substâncias, com restrições. O Estado poderia, assim, fiscalizar aquele mercado". Com isso, seria possível taxar a venda das substâncias e usar os recursos para trabalhar ainda mais a prevenção e o tratamento. Segundo Luciana, essa seria uma estratégia importante inclusive para lidar com os problemas de violência causados pelo mercado ilícito. Ela ilustra o problema: "Se você tem um contrato para venda de determinado produto e alguém

o descumpre, há um meio judicial de resolução. Ninguém vai trocar tiros para defender esse mercado. Mas a partir do momento em que há um mercado ilícito, quando há alguma divergência nos 'contratos', não se pode acessar caminhos oficiais. Então a disputa por mercados ou pelo objeto da venda gera violência". Ela lembra ainda que o aumento da repressão não é diretamente proporcional à redução do tráfico: "Não é possível trabalhar com a perspectiva de reduzir a zero o tráfico de drogas. Os EUA, país de maior repressão nesse sentido, que tem um sistema judicial organizado e dinheiro para investir nisso, tem hoje o maior número de consumidores de drogas do mundo. E enquanto houver um grande número de consumidores, vai haver gente para vender", conclui.

Mas a legalização não pode ser pensada pelos países individualmente. "Mesmo que uma nação reconhecesse por consenso que as leis proibicionistas são inócuas para conter a oferta e a demanda – além de responsáveis pela multiplicação infinita dos problemas – não possuiria soberania para propor a legalização. Os tratados internacionais garantem o proibicionismo em cada país signatário e não poderiam ser unilateralmente rompidos por nenhum desses países", ressalva Sergio Alarcon, assessor de Saúde Mental na Área Técnica de Álcool e outras Drogas da secretaria municipal de saúde e defesa civil do Rio de Janeiro. No entanto, de acordo com ele, o fracasso do proibicionismo tem gerado reações, e a relação com o usuário tende cada vez mais a ser descriminalizada e considerada um problema eminentemente de saúde pública. ●

### Veja o que é ou não permitido em alguns países:



**EUA:** O tráfico é punido com prisão e a posse para uso próprio é crime. Quem já tiver ficado mais de um ano preso por conta de infrações relacionadas às drogas pode ser condenado à prisão perpétua no caso de reincidência de condenação, mesmo que por uso.



**Espanha:** É permitido o plantio doméstico de cannabis e o uso privado de drogas. Venda e compra são crimes. A política de redução de danos é desenvolvida, com ações como a substituição de heroína por metadona no tratamento de dependentes.



**Holanda:** Apesar da fama de liberal, a Holanda não legalizou nem descriminalizou o uso de drogas. Ainda assim, é pioneira na redução de danos, que já pratica há 20 anos. A venda e o uso de cannabis são tolerados dentro de lojas especializadas, estritamente controladas e fiscalizadas. Também é tolerado o cultivo para uso pessoal.



**Itália:** Já criminalizou e descriminalizou a posse de entorpecentes para uso próprio diversas vezes. Hoje, o uso, a aquisição e a importação para uso pessoal são proibidos e sujeitos a sanções administrativas. O tráfico é punido com prisão.



**Portugal:** Em 2000, descriminalizou o uso e a posse de pequenas quantidades de drogas para uso pessoal. O tráfico e o cultivo continuam proibidos.



**Brasil:** Adota o proibicionismo moderado. Embora seja crime, o uso de drogas foi despenalizado, enquanto o tráfico continua passível de prisão. Não há distinção entre pequenos, médios e grandes traficantes. Tem avançado nas políticas de redução de danos.

Fonte: 'Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade' – tese de doutorado de Luciane Boiteux.

VENÍCIO DE LIMA

# 'Temos uma cobertura comercial muito contaminada e partidária'

Cátia Guimarães

A Argentina aprovou, recentemente, uma nova lei de radiodifusão que cria condições para a democratização da comunicação no país. No Equador, os processos de concessão de rádio e TV estão sendo analisados com o objetivo de subsidiar propostas de desconcentração da mídia. Na Venezuela, a ampliação de veículos comunitários e a criação de meios estatais têm fomentado o debate sobre comunicação pública. No Brasil, embora os movimentos sociais ligados à luta pelo direito à comunicação não reconheçam iniciativas governamentais parecidas com a desses, foi realizada, em dezembro do ano passado, a primeira Conferência Nacional de Comunicação. Um dos maiores analistas desse tema no país, com vários livros publicados, Venício de Lima faz, nesta entrevista, um balanço desse processo da América Latina. Sociólogo com mestrado, doutorado e pós-doutorado em comunicação, ele é pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília.



**Você tem defendido que liberdade de imprensa não é sinônimo de liberdade de expressão. Qual a diferença?**

Um histórico dessas duas expressões mostra que elas são diferentes uma da outra. Vou lhe dar um exemplo: a primeira emenda da Constituição norte-americana, frequentemente citada como referência para a liberdade de imprensa, fala de liberdade de expressão e liberdade de imprimir. Se as duas fossem iguais, não era necessário fazer essa distinção. Entre os documentos que são lembrados como referência para a defesa da liberdade de imprensa, o mais antigo é o Areopagítica, do John Milton, escrito e publicado em 1944. Nele, não só há uma distinção entre liberdade de expressão e liberdade de imprimir, como fica claro que se trata, na verdade, da liberdade individual de imprimir, ou seja, o direito de uma pessoa, como indivíduo, escrever e publicar. Um dos enganos da noção desse debate hoje é que, quando a defesa da liberdade de imprensa surgiu, embasada por documentos como o Areopagítica, não havia nada parecido com o que hoje se entende como imprensa. Para que exista imprensa, é preciso ter não apenas tecnologias

específicas, mas, acima de tudo, um público-leitor, que vai se constituindo lenta e historicamente. É muito importante perceber como é feita uma passagem não problematizada do direito individual inquestionável e básico de pensamento e de expressão ao direito de instituições e grandes conglomerados empresariais que entendem por liberdade de expressão a sua liberdade de imprimir o que quiserem. Essas duas expressões não podem ser equacionadas. Sobretudo porque uma se refere à liberdade individual, de expressão, e a outra é uma liberdade de empresa comercial, que disputa espaço no mercado para publicar o que quiser.

**Aposta-se hoje num modelo de mídia pública independente tanto de empresas quanto de governos. Temos exemplos de formatos financeiros para isso. Mas é possível a independência de conteúdo e abordagem?**

Perfeitamente possível. Existem exemplos muito eloquentes disso. Num seminário sobre liberdade de imprensa na América Latina, promovido pelo Memorial da América Latina, em São Paulo, participei do mesmo painel que eu a ombudsman da NPR (National Public Radio), uma rede pública de rádio dos EUA. A NPR é o equivalente, para o rádio, da PBS (Public Broadcasting Service). NPR, na verdade, é um provedor de conteúdo. Um percentual fixo do seu orçamento vem do governo federal e o resto tem uma composição variada, com um sistema parecido com o que no Brasil chamaríamos de patrocínio, mas que tem regras muito restritas. O Mc Donald's pode patrocinar um programa, mas o que aparece é algo

como “esse programa foi financiado pelo Mc Donald’s”, sem qualquer interferência. E o resto do dinheiro vem das emissoras públicas afiliadas, que compram a programação do NPR. Esse é um modelo, há outros. Eu dialoguei com a Lisa Shepard, que apresentou essa experiência, e disse que tinha ficado satisfeito de ouvir o depoimento dela porque fui estudante durante quase sete anos numa universidade norte-americana, no mestrado e no doutorado, e tanto a emissora de rádio quanto a de televisão mais ouvidas nas duas cidades em que morei eram do sistema público. Apesar de fazer parte do sistema público, havia um esquema de financiamento dessas emissoras que envolvia o orçamento do Estado e muitas contribuições – inclusive eu contribuí enquanto estava lá. E elas eram referência de jornalismo, com credibilidade. A ombudsman disse que, curiosamente, enquanto toda a grande mídia comercial, sobretudo a imprensa, está atravessando um período difícil, a NPR tem aumentado sua audiência.

**Mas, além da credibilidade no que diz respeito ao noticiário cotidiano, é possível propor e tratar pautas mais amplas, que envolvam, por exemplo, questões de saúde e alimentação em uma emissora que tem parte do seu orçamento dependente de um Mc Donald’s?**

Nenhum de nós é ingênuo. Essa foi uma das perguntas que apareceram para a ombudsman da NPR. E ela respondeu que existia uma *firewall*, algo como uma parede de fogo, entre a redação e o pessoal do orçamento. Deu ainda um exemplo: segundo ela, a NPR tentou, durante todo o governo Bush, uma entrevista com o presidente. E não conseguia: há uma tradição de que os republicanos desconfiam da NPR e da PBS. E que, no último ano do governo Bush, ele concordou em dar a entrevista, com uma condição: só falaria se fosse para um determinado repórter. A direção da NPR res-

pondeu: “Muito obrigada, sr. presidente, mas quem escolhe o repórter que faz nossas entrevistas somos nós e não os entrevistados”. E não fizeram a entrevista. Por mais que seja difícil de entrar na nossa cabeça de brasileiros, em outros lugares do mundo existem essas experiências. Com a minha experiência pessoal, posso garantir que a independência jornalística – com todos os problemas que há nessa ideia, já que não existe pureza e objetividade total – de sistemas públicos como NPR e PBS dos EUA é infinitamente maior do que a que o sistema comercial tem no Brasil. Se você comparar a cobertura jornalística de grupos como Globo, Folha, Abril com a de PBS e NPR, verá que estas são incomparavelmente mais independentes. Temos uma cobertura comercial muito contaminada e partidária – aliás, assumidamente partidária, no caso brasileiro, já que a presidente da ANJ (Associação Nacional dos Jornais) assumiu publicamente recentemente que, de fato, fazem oposição ao governo.

**A América Latina tem apresentado experiências interessantes de mídia pública. Mas os críticos denunciam uma centralização de poderes nas mãos do Estado. Qual a sua avaliação desse processo?**

Eu participei de uma experiência editorial financiada pela Fundação Frederick Herbert que comissionou observadores para processos eleitorais que estavam ocorrendo em 2005/2006 em 11 países. Depois de ter contato com os textos de todos os países, minha observação é: recentemente aconteceram na América Latina várias eleições democráticas – convocadas previamente, de participação livre, com observadores internacionais etc. Em vários desses países, venceram candidatos que não tiveram o apoio ou tiveram, em muitos casos, a oposição explícita, dos grupos dominantes de mídia. Venezuela, Equador, Bolívia, Chile, Costa Rica e El Salvador são exemplos disso. Esses presidentes eleitos

democraticamente com a oposição da mídia, ao contrário dos governos anteriores, resolveram mexer nas políticas públicas de comunicação: criaram meios estatais de comunicação, resolveram discutir critérios de concessões públicas a partir do trabalho de comissões com a participação de *experts* de vários países (no Equador, teve, inclusive participação de brasileiros). Esses grupos dominantes de mídia – que estiveram historicamente associados com golpes de Estado, movimentos não democráticos, que são representados em nível continental por uma associação com sede em Miami e sobre a qual circulam suspeitas de ter ligações, inclusive, com o Departamento de Estado americano – se sentiram ameaçados, já que não estavam mais no poder e estavam sendo questionados. Então, eu acho que estamos vivendo na América Latina um processo muito interessante. Paralelamente a uma crise da mídia tradicional no mundo, sobretudo a imprensa – que tem a ver com transformações tecnológicas e as consequências dessas transformações para os modelos de negócios –, está havendo também, no caso da América Latina, a ascensão de grupos políticos com apoio popular de grande escala em processos democráticos sem o apoio da mídia tradicional. E isso agendou inclusive a questão da mídia como um tema político explosivo. Porque a grande mídia tem capacidade ainda, inequivocamente, de pautar a agenda pública de debates sobre os processos eleitorais. No Brasil, onde estamos em pleno processo eleitoral, embora ainda não formalmente, um dos temas que o partido que lançou candidato ontem (PSDB) tematizou foi a liberdade de imprensa. O Correio Braziliense está publicando páginas com chamada de capa e tudo mais pra discutir o Programa Nacional de Direitos Humanos como ameaça do Chavismo, do autoritarismo. E, junto disso, vem a questão das ameaças à liberdade de imprensa e de expressão.

### **Qual dessas experiências da América Latina é a mais interessante em relação à comunicação?**

Se eu pudesse escolher, ficaria com o exemplo argentino. Primeiro, porque conheço melhor. Tenho relações pessoais com pessoas que participaram do processo argentino, que são da academia. Lá, houve discussão e participação durante meses, até mais. A lei estabelece uma política para o setor de radiodifusão – que é o mais importante – na qual claramente se vê a ação do Estado não como o grande inimigo da liberdade de expressão, como a grande mídia brasileira em geral mostra, mas como essencial para garantir a liberdade de expressão para o maior número possível de pessoas e grupos. Esse é um debate importante: se, como alguns liberais dizem, o Estado é sempre adversário, ou se de fato ele tem a obrigação de regular para garantir a liberdade de expressão de minorias, de etnias e até de gêneros. Um autor norte-americano importantíssimo, que é um jurista da Universidade de Yale, Owen Siss, tem um livro traduzido para o português chamado ‘Ironia da liberdade de expressão’, em que ele faz um estudo da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana exatamente sobre a intervenção do Estado para garantir a liberdade de expressão e não como ameaça. Eu acho que a lei Argentina faz isso de forma primorosa e merece ser estudada.

### **Traça para nós um panorama da situação de concentração da mídia brasileira.**

Um dos principais problemas da grande mídia no Brasil é que, no final do século passado, consolidou-se no Brasil um processo de negociação política entre o Estado e grupos políticos privados que, em geral, é conhecido como coronelismo eletrônico. É necessário compreender esse processo para entender como a mídia funciona no país, sobretudo a radiodifusão. Com a Constituição de 1988, o Congresso Nacional passou a dividir com o

Executivo o poder de outorga e de renovação de concessões de radiodifusão. Nesse Congresso estão representadas historicamente, direta ou indiretamente, as mais tradicionais oligarquias políticas, locais e regionais. Esses representantes das oligarquias, sobretudo durante o regime militar, passaram também a ser concessionários de radiodifusão. Isso está documentado: eu mesmo pesquisei e fiz uma representação junto ao Ministério Público, que virou processo e está em andamento. Membros do Congresso Nacional votam nos processos de outorga ou renovação de suas próprias concessões. É uma situação absurda em que o poder concedente e o concessionário convergem em uma única pessoa ou grupo. Isso deforma, cria uma assimetria no processo eleitoral que é fundamental para entender o processo político brasileiro. Esses grupos, em geral oligárquicos, tradicionais, familiares, cristalizaram parcerias comerciais e políticas com grupos privados que são os maiores grupos de mídia tanto nacional como regionalmente no Brasil. E isso é totalmente prejudicial à democracia brasileira.

### **Qual a sua análise sobre a Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro passado?**

Eu acho que o mais importante da Confecom foi a sua convocação, sua própria realização. Porque, embora tenha sido boicotada pela grande mídia – os principais grupos de mídia do país se retiraram da organização e não participaram da Conferência –, a convocação da Confecom provocou um debate sobre a mídia no Brasil que não se havia conseguido antes. Eu mesmo fui convidado não só para debates formais, nas conferências estaduais, como para outros que aconteceram em diversos locais, desde paróquias, passando por universidades e ONGs. Agora, a Conferência em si, como qualquer outra dessas conferências, é propositiva, não tem poder qualquer de decisão. Tem poder de fazer propostas que, eventualmente,

poderão ser transformadas em projetos enviados ao congresso. Houve um problema na sistemática operacional da Conferência, de tal forma que, ao final, foram aprovadas 672 propostas, se não me engano. Muitas se sobrepõem. Não foi publicado um caderno com essas propostas – ficou disponível na internet, o que torna muito difícil a leitura. Ficou muito disperso. Já faz meses que a Conferência terminou e não houve nenhum prosseguimento. Eu não tive e não tenho expectativa maior de que as propostas que saíram de lá – por exemplo, a instalação de um conselho de comunicação social, efetivo, com poder, que tem como modelo a SPC americana – vão se tornar realidade. A realização da Conferência foi boa? Foi. É importante que ela tenha acontecido? É claro. Mas meu balanço do que aconteceu nos dois governos Lula na área é extremamente negativo. E acho que a realização da Conferência, junto com a criação da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), que é uma empresa legalmente definida como pública – embora possa haver discussão sobre isso – foi importante porque aconteceu. Não acredito que ela vá dar fruto maior do ponto de vista de políticas públicas.

### **Nem há nenhum movimento do governo ou congresso semelhante ao de outros países da América Latina no sentido de enfrentamento da grande mídia?**

Em hipótese alguma. A virada do governo Lula nesse sentido, na minha opinião, aconteceu com o decreto da TV digital. E me refiro ao primeiro decreto (4901/2003, que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital), que abria possibilidades. O segundo (5820/2006, que escolheu o modelo japonês de TV digital e, dentre outras coisas, outorgou mais 6MHz para as concessionárias de TV aberta) foi uma entrega total da área para os atores tradicionais, inclusive com o representante direto do Ministério das Comunicações, Helio Costa, que agora saiu para ser candidato. ●



Auditório lotado para a abertura da Conae, em Brasília

## Conferência Nacional de Educação

Financiamento, valorização de profissionais e inclusão no centro dos debates

Raquel Torres

**E**rradicar o analfabetismo; ampliar a oferta de educação infantil, ensino médio e ensino superior; incrementar a Educação de Jovens e Adultos (EJA); estabelecer que cursos de formação de docentes deem conta de temas como educação sexual, pluralidade cultural e questões de gênero; assegurar o atendimento a estudantes com necessidades especiais; ampliar a oferta de mestrado e doutorado na área educacional; ampliar a oferta de educação aos povos indígenas e aumentar os gastos públicos com educação para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Todas essas metas foram objetos de debate durante a Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em Brasília entre 28 de março e 1º de abril, mas já estavam em pauta dez anos atrás, quando foi aprovado o último Plano Nacional de Educação (PNE), cujo período de vigência começou em 2001 e termina no ano que vem. O objetivo da Conae foi estabelecer diretrizes que vão nortear a elaboração do próximo PNE: embora as decisões tomadas durante a Conferência não tenham valor de lei – a Conferência é apenas propositiva –, espera-se que o Plano aprovado absorva suas indicações. Cerca de 3 mil pessoas, entre delegados e observadores, participaram dos debates, mas desde o ano passado foram realizadas cerca de 1.500 conferências municipais e 27 estaduais, que tiveram a participação de 400 mil pessoas. Como você viu nas últimas edições da Poli, a ideia principal é construir um Sistema Nacional Articulado de Educação. As discussões foram divididas em cinco eixos: ‘Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional’, ‘Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação’, ‘Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar’, ‘Formação e valorização dos profissionais da educação’, ‘Financiamento da educação e controle social’ e ‘Justiça Social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade’.

Desde o primeiro dia de evento, duas reivindicações chamavam a atenção: grandes cartazes e gritos do público pediam mais recursos para a educação e a real implementação do piso salarial de docentes, que atualmente é de R\$1.024, mas não é cumprido em muitos estados e municípios.

Na mesa de abertura, o ministro da educação, Fernando Haddad, concordou com os pedidos. “Conseguimos aumentar os recursos nos últimos anos, mas as reivindicações de melhor financiamento são justas. E também ainda temos que avançar no piso salarial, fixando metas de reajuste anual”, afirmou. No encerramento da Conferência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância da valorização dos profissionais e prometeu conversar com os governadores que não cumprem a lei do piso.

## Um pleonasmo

No painel inicial da Conferência, o professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Dermeval Saviani defendeu a necessidade de se consolidar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que, reconhecendo e respeitando a autonomia dos entes federados, possa integrá-los e fortalecê-los. “Após três oportunidades perdidas de construção de um SNE – a primeira com a Constituição Federal de 1934, a segunda com a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1946, e a última com a LDB atual, em 1996 –, esperamos que não seja desperdiçada essa oportunidade que se abre agora, com a realização desta Conae”, disse o professor.

Para Saviani, essa é a melhor forma de responder às necessidades da população de um país organizado sob um regime federativo. “A plena forma de organização da educação é traduzida pelo SNE: trata-se de um sistema pleno, público, autônomo, com normas para todos os integrantes e todo o território nacional. O grau de autonomia dos estados e municípios é respeitado, e lhes é permitido baixar normas para o funcionamento do ensino, mas submetendo-se sempre às diretrizes e bases traçadas pela União”, afirmou, frisando que a autonomia de municípios não deve ser sinônimo de “entregá-los à própria sorte”: “Integrar não é isolar – o isolamento transforma a diversidade em desigualdade”.

Apesar dessa defesa, o professor criticou a maneira como o sistema foi apresentado pela Conferência: um ‘Sistema Nacional Articulado de Educação’. De acordo com ele, a palavra ‘sistema’ já implica uma articulação, sendo inconcebível um sistema não articulado. “Nem todo pleonasmo é negativo. Mas mesmo que o termo ‘articulado’ seja apenas para reforçar, existe a possibilidade de redução do SNE a uma simples articulação dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino, todos supostamente autônomos entre si. Se for aprovada uma proposta nesses termos, o SNE fica reduzido a uma formalidade. Isso não basta. É preciso um sistema nacional que não dependa da adesão autônoma e *a posteriori* de estados e municípios. A sua participação é na construção, pois um sistema não é da União: é do país”, destacou.

## Metas não alcançadas

O último PNE não foi exatamente um sucesso: muitas das metas estabelecidas na época ainda não foram alcançadas e não é por acaso que as reivindicações continuam a aparecer agora. O acesso à educação, por exemplo, ainda está aquém do desejado. Enquanto a determinação era que se acabasse com o analfabetismo até o fim da década, cerca de 14 milhões de brasileiros acima de 15 anos ainda não sabem ler e escrever. O acesso ao nível superior deveria ser de 30% no fim da vigência do PNE, mas apenas 13,7% da população entre 18 e 24 anos cursa essa etapa. O volume de recursos financeiros investidos na educação pública também nunca chegou perto dos 7% do PIB inicialmente imaginados: o artigo do PNE que estabelecia esse valor foi vetado pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e, entre 2001 e 2008, o investimento subiu apenas de 4% para 4,8% do PIB. Embora esse veto pudesse ter sido retirado pelo

presidente Lula durante seu governo, isso nunca aconteceu.

De acordo com grande parte dos presentes à Conae, uma das explicações para o fracasso do PNE está justamente nos vetos feitos em relação ao financiamento – o argumento, na época, era que a ampliação dos investimentos tornaria inviável cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem definir recursos financeiros, o PNE não estabeleceu os meios de realizar as ações preconizadas, tornando-se uma “carta de intenções”, nas palavras de Saviani e de Carlos Jamil Cury, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

## Recursos financeiros

Para evitar a elaboração de uma nova ‘carta de intenções’, os delegados da Conae deram atenção especial ao eixo de financiamento. Todos concordavam que era imprescindível aumentar os investimentos públicos em educação e que essa determinação deveria estar explícita no documento final. Mas não houve consenso em relação a qual seria o investimento mínimo ideal, tendo o PIB como referência. Um grupo defendeu que se aumentassem os investimentos para no mínimo 10% do PIB já em 2011, passando para 14% até 2014. Outro grupo defendeu que essa era uma proposta pouco viável, tendo em vista que hoje se investe menos de 5%. Decidiu-se, por fim, estabelecer que até o ano que vem os investimentos devem subir para 7%, aumentando gradativamente até atingir no mínimo 10% em 2014.

Uma das maneiras de conseguir esse incremento foi apontada na própria Conferência, na forma de outras duas propostas: 50% dos royalties advindos de atividades de produção energética devem ser destinados à educação, assim como 50% do fundo social do pré-sal. A vinculação de recursos de impostos para a área também deve aumentar, segundo os participantes. Hoje,



Raquel Torres

Votação em uma das plenárias

pela Constituição Federal, a União precisa investir na manutenção e desenvolvimento da educação 18% de determinados impostos, enquanto em estados e municípios o percentual é de 25%. Para os delegados da Conae, esses valores devem subir para 25% no caso da União e 30% nos demais entes federados.

Foi aprovado ainda que o financiamento das matrículas públicas deve ser feito a partir do custo-aluno-qualidade (CAQ), que corresponde ao custo anual por aluno dos insumos educacionais necessários para uma educação básica de qualidade. Para que se estabeleça o CAQ, será necessário discutir o número ideal de alunos por turma, a remuneração adequada, a formação continuada e as condições de trabalho dos profissionais da educação, além dos materiais necessários à aprendizagem dos estudantes, como salas de informática, bibliotecas e quadras poliesportivas, por exemplo. Os delegados definiram o prazo de um ano para que o CAQ seja formalmente definido.

Deu-se ênfase também à necessidade de criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional, já amplamente defendida pelo professor Carlos Cury, entre outros. A ideia é que ela funcione analogamente à Lei de Responsabilidade Fiscal: é preciso que alguém se responsabilize caso as metas definidas não sejam cumpridas. “Essa lei vincularia recursos com a responsabilização daquele que assume um município, um estado e a União. Os governantes, ao se proporem governantes, devem saber que precisam dar conta daquilo que a legislação prevê no âmbito da educação, e devem ser responsabilizados caso não o façam”, explicou Cury, em entrevista à Poli.

### **Dinheiro público apenas para a escola pública – menos no nível superior**

Ainda nesse eixo, os delegados decidiram que os recursos públicos devem ser cada vez mais utilizados apenas para a educação pública – outra questão apontada pelo professor Saviani no painel inicial: “As instituições privadas devem integrar o SNE precisamente como particulares, e é nessa condição que darão sua contribuição específica para o desenvolvimento da educação brasileira. Não cabe revesti-las de públicas, seja pela transferência de recursos na forma de subsídios e isenções, seja pela transferência de poder, admitindo-as na gestão e operação das instituições públicas que integram o sistema”, defendeu o professor, muito aplaudido. No mesmo painel, a professora Regina Linhares, da Universidade de Brasília (UnB), também falou sobre o assunto, comparando o SNE ao Sistema Único de

Saúde (SUS). “A experiência do SUS pode trazer elementos para a nossa discussão. Na saúde, os recursos públicos não são usados apenas na rede pública – e, nesse caso, seu exemplo não deve ser seguido. O que está em disputa aqui é menos a organização de redes de escolas e mais a concepção de educação e de escola pública”, apontou.

No documento final da Conae, os delegados aprovaram: “Aplicação de verbas públicas exclusivamente nas instituições públicas”. E, seguindo essa linha de raciocínio, definiram também que o convênio do poder público com creches particulares se extinga gradativamente – o número de matrículas nessas creches deve ser congelado em 2014 e essa modalidade de parceria deve ser extinta até 2018.

O contrassenso ficou por parte da educação superior: havia uma proposta de também extinguir gradativamente o Programa Universidade para Todos (Prouni) ou “qualquer tipo de convênio entre o Estado e Instituições de Ensino Superior (IES) privadas baseado em isenção fiscal ou pagamento de matrículas em cursos de graduação, fazendo valer o princípio do dinheiro público para a escola pública”. No entanto, apesar da contradição com outras partes do documento, os delegados acabaram rejeitando essa proposta e decidindo pela manutenção dos convênios para o ensino superior. Eles reforçaram, porém, que deve haver uma regulação mais forte do ensino privado por parte do poder público, não apenas no nível superior mas em todos os níveis de ensino.

### **Diversidade e igualdade**

As discussões mais acaloradas da Conferência foram aquelas presentes no 6º eixo temático – ‘Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade’. Não era para menos: em apenas um eixo foram incluídos temas variados como políticas afirmativas, educação de jovens e adultos, inclusão

de pessoas com deficiências físicas, educação no campo, relações étnico-raciais e questões de gênero e diversidade sexual. O resultado foi que a deliberação e aprovação de emendas propostas a esse eixo durou três vezes mais que no caso dos outros.

A plenária aprovou a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para estudantes egressos de escolas públicas, respeitando a proporção de negros e indígenas de cada ente federado. Quanto à educação no campo, apesar de propostas para extinguir as classes multisseriadas, foi aprovada sua manutenção, como estratégia para que não ocorra o fechamento de escolas com poucos alunos. Hoje, mais de metade das escolas no campo utiliza esse tipo de classe. O MEC apoia a modalidade e desenvolve o programa Escola Ativa, voltado especificamente para melhorar a qualidade dessas classes, com a qualificação de professores.

Também teve força a discussão sobre gênero e diversidade sexual: os delegados aprovaram a inclusão desses temas na formação inicial e continuada dos profissionais de educação e, no que diz respeito à avaliação de material didático, decidiu-se que deve haver orientações para incluir nos livros a temática das famílias compostas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, definiu-se também que deve haver critérios de eliminação para obras que veiculem preconceitos como os de cor, condição social, regional, gênero, orientação sexual ou linguagem.

Mas uma das maiores polêmicas do eixo ficou por conta da educação de estudantes surdos. Sua principal reivindicação era o direito a aprender a língua brasileira de sinais (libras) como a primeira língua. Eles propunham, entre outras medidas, assegurar a regularidade de escolas que ofertem educação para o surdo com base em um currículo bilingue (português e libras), consolidar o ensino de libras na formação de professores e inserir

exames de proficiência nessa língua em concursos e demais processos seletivos para professores que atuarão com surdos. Tudo isso foi rejeitado: houve muita discussão, mas decidiu-se que crianças, adolescentes, jovens e adultos com quaisquer necessidades educacionais especiais devem ser incluídas em escolas regulares. Delegados não-surdos mas com outras necessidades especiais se manifestaram, afirmando que essas propostas eram segregadoras. De acordo com Neivaldo Zovico, professor surdo presente na Conae, não se trata de uma questão de segregação, mas de real inclusão: segundo ele, nem todos os professores são capazes de dar aulas para surdos, pois a formação que possuem em libras é, em geral, de apenas 60 horas – insuficiente para aprender uma nova língua.

### Problemas de estrutura

O processo funcionou assim: primeiro, um documento-referência da Conae foi disponibilizado pelo MEC. Nas conferências municipais e estaduais, os delegados podiam fazer emendas ao texto, com supressão, alteração ou inclusão de trechos. Emendas aprovadas em cinco ou mais estados entraram no documento-base, usado durante a Conferência Nacional. Por outro lado, emendas propostas por menos de cinco estados só entraram no documento-base se foram consideradas relevantes pela Comissão Organizadora Nacional. E apenas aquilo que estava presente no documento-base pôde ser discutido na Conae – as propostas que foram aprovadas por menos de cinco estados e não foram consideradas relevantes pela Comissão, portanto, não podiam mais voltar à pauta.

Para o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Cláudio Gomes, presente na Conae, essa estrutura precisa ser revista, já que descaracteriza o viés democrático que as conferências pretendem ter. “O fato de haver um documento de referência previamente determinado, por si só, já inibe qualquer outra abordagem sobre os temas. Passa-se a fazer considerações sobre aquilo que já está escrito, e não sobre o tema proposto. Há uma indução forte. No fim das contas, as contribuições pouco alteram o documento-referência”, observa. De fato, segundo o coordenador-geral da Conae, Francisco das Chagas, apesar das muitas inclusões, houve poucas supressões no documento-referência: após as votações, cerca de 90% do texto se manteve.

Outro problema é a aprovação de propostas que não necessariamente poderão ser consolidadas: “Diz-se muito o que se ‘deveria’ ou ‘precisaria’ fazer, muitas vezes sem o cuidado de verificar a viabilidade jurídica para aquilo, dentro das possibilidades da legislação. Pode-se constatar, por exemplo, que muito o que se discutiu passa por uma reforma tributária: piso salarial, planos de carreira, atribuição de competências aos entes federados. Estamos esbarrando o tempo todo no tema da reforma tributária”, aponta Cláudio.

Ele critica também a condução das plenárias – na sua opinião, um problema comum a outras conferências. “Dá-se uma pressa muito grande. Há uma clara orientação aos coordenadores de mesa para que as plenárias sejam muito velozes, o que dificulta os trabalhos”, diz. E isso ficou muito claro durante a Conae: em todas as plenárias era possível ver delegados com dúvidas sobre a condução, muitas vezes sem entender bem o que os coordenadores haviam dito e até votando tanto pela aprovação como pela rejeição da mesma emenda.

## Formação e valorização de docentes

Na formação de docentes, outro grande ponto de discussão: o ensino a distância. Na frase “a formação inicial deverá se dar preferencialmente de forma presencial”, proposta no documento-base, a manutenção do termo “preferencialmente” rendeu quase uma hora de debates. A maior defesa para a manutenção da possibilidade de educação a distância estava em garantir a formação de professores em áreas com baixa densidade demográfica, em que as distâncias são grandes e não há universidades. Na plenária final, a palavra foi retirada e decidiu-se que a graduação de professores deve ser sempre presencial – a não ser em casos excepcionais, para a formação de profissionais já em exercício.

A Conae defendeu ainda a definição de um plano de carreira para docentes, um sistema de dedicação exclusiva do professor a um único cargo e o cumprimento do piso salarial de docentes. Segundo os delegados, a correção anual do valor desse piso deve ser feita a partir do Índice do Custo de Vida (ICV), calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Além disso, a plenária rejeitou o uso de sistemas de premiação e punição para professores, aprovou licença automática e remunerada para profissionais que estejam fazendo parte de cursos de mestrado e doutorado e estabeleceu que deve haver expansão da pós-graduação pública e gratuita para profissionais da educação.

## Educação profissional

“Ao discutirmos educação profissional e inclusão, é preciso definir de que educação profissional e de que inclusão estamos falando. Estamos sob uma ótica neoliberal, de mercado, ou tratando a educação como um direito igualitário e de todos? É preciso, antes de mais nada,



O ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente Lula, durante o encerramento

saber qual projeto ideológico está pautando a discussão”. O alerta é do professor Dante Henrique Moura, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), no colóquio ‘Educação profissional, demanda e inclusão social’, do qual também participou José Carlos Manzani, auditor educacional do Senai de São Paulo.

Para Dante, o ideal é estar no segundo ponto de vista e encerrar a dualidade histórica que se estabeleceu entre a educação básica e a profissional, apostando na integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura. “Não adianta qualificar mão-de-obra especificamente para atender a um mercado. Quando as necessidades desse mercado mudam, o trabalhador vai para a rua”, disse, bastante aplaudido pelo público. Já José Carlos defendeu a ideia oposta: que a formação seja feita tendo como objetivo o mercado de trabalho. “Não vejo problema algum em elaborar um currículo ouvindo o que os empresários querem de seus empregados”, disse – e foi também muito aplaudido pelos mesmos delegados. Nas plenárias, aprovou-se que o financiamento e a expansão da educação profissional deve ter ênfase na modalidade integrada ao ensino médio, tanto para alunos em idade regular como para aqueles da modalidade EJA.

## Acompanhamento

Um dos problemas do atual PNE é que suas resoluções não se viram, em boa parte do país, refletidas em planos estaduais e municipais de educação, como estava previsto. De acordo com o deputado Carlos Abicalil (PT/MT), isso só se concretizou em dois terços dos estados e um terço dos municípios. Os participantes da Conae reforçaram a necessidade de assegurar a construção desses planos, assim como fazer com que a sociedade possa acompanhar o cumprimento das metas mais de perto no âmbito municipal, estadual e nacional. De acordo com Saviani, para isso é fundamental repensar a estrutura do PNE, concentrando-se nos aspectos fundamentais. Isso porque o Plano atualmente em vigor possui 295 metas, nem sempre muito objetivas. “É preciso redigir algo mais simples de ser acompanhado. Por exemplo, se for definido que municípios serão responsáveis pela infra-estrutura do sistema, é preciso definir tempos de adequação, o que cada município deve fazer e qual será o seu plano de trabalho”, apontou o professor.

A Conae decidiu que se deve institucionalizar a prática de conferências municipais e estaduais de educação de quatro em quatro anos. Também deve ser criado o Fórum Nacional de Educação, que vai acompanhar a tramitação do novo PNE, convocar e coordenar as próximas Conaes e incidir pela implementação das decisões aprovadas. Além disso, devem ser garantidas eleições nas escolas para escolher seus diretores, além do fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais de educação. ●

## PRA LEMBRAR

**2/maio**

Em 1997, morreu Paulo Freire, educador e autor de obras como 'Educação como prática da liberdade' (1963), 'Pedagogia do oprimido' (1968) e 'Pedagogia da autonomia' (1996)

**2/maio**

Tiveram início as manifestações estudantis do famoso maio de 1968, na França.

**9/maio**

Em 1979, foi anunciado o fim da varíola na Assembléia Mundial da Saúde.

**9/maio**

Nelson Mandela se tornou o primeiro presidente negro da África do Sul em 1994.

**16/junho**

A inauguração do Maracanã foi feita em 1950, exatos 60 anos atrás.

**FORA DA ESCOLA**

*Em maio, mês em que se comemora a absolvição da escravidão pela Lei Áurea, a Poli lembra as restrições oficiais sofridas por escravos em relação à educação. O decreto nº1.331, de 1854, estabelecia quem estava expressamente proibido de frequentar as escolas. Eram três 'tipos' de meninos: os que padeciam de moléstias contagiosas, os que não tivessem sido vacinados... e os escravos.*

# Morte aos fumantes?!

*Já imaginou que alguém possa ter sido decapitado por manter o hábito de fumar?*

*Pois essa era a regra na Rússia em boa parte dos anos 1600. Mas a pena de morte era usada apenas para os casos absolutamente incorrigíveis: para os que fumavam, o primeiro castigo era receber 60 bastonadas nas plantas dos pés; se houvesse reincidência, o fumante tinha o nariz cortado, porque era hábito 'pitá-lo' pelo nariz.*

*E não era só a Rússia que condenava o tabaco nessa época. Na Pérsia, cortavam-se não só narizes como lábios, enquanto na Turquia os fumantes eram enforcados de cachimbo na boca. A Igreja Católica também não se omitia: o Papa Urbano VIII excomungava quem fumasse dentro das igrejas.*

*Hoje a repressão não vai tão longe, mas deixa muitos fumantes irritados: no Brasil, locais como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba proibiram o fumo em locais fechados de uso coletivo. Em Calabasas, uma cidade da Califórnia, não se pode fumar nem nas calçadas, e o Butão, na Ásia, proibiu até mesmo a venda de cigarros.*

Fontes:

'Tabagismo (breves noções)' – dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto em março de 1919.

Portal da Lei antifumo de São Paulo (<http://www.leiantifumo.sp.gov.br>)

## Epidemias de influenza

Os milhões de mortos e o caos social provocados pela Gripe Espanhola, quase cem anos atrás, geraram críticas que levaram a reformas na saúde pública

Leila Leal

Há aproximadamente um ano, o mundo acompanhou assustado o surgimento da epidemia de um novo tipo de gripe, a Influenza A H1N1. Os mais recentes dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) demonstram que, desde meados de 2009, foram confirmados casos da gripe em 214 países e territórios do mundo. Até abril de 2010, 17.919 pessoas morreram em decorrência da Influenza A H1N1. No Brasil, os números divulgados pelo Ministério da Saúde (MS) referentes a 2010 apontam 361 casos confirmados, sendo 50 fatais. No entanto, apesar de o número parecer muito alto, dados divulgados pelo Ministério estimam que, anualmente, morram cerca de 2 mil pessoas em decorrência da gripe comum no Brasil. Informações do MS explicam ainda que o vírus causador da nova gripe não é mais violento ou mortal do que o da gripe comum, e que a maioria das pessoas que adoecem de ambos os tipos de gripe desenvolvem formas leves e se recuperam. Ao mesmo tempo em que tem mais potencial de causar doenças graves em jovens previamente saudáveis, o vírus da nova gripe atinge menos os maiores de 60 anos, se comparado à gripe comum.

Com a proximidade do inverno no hemisfério sul, estação em que os casos de gripe, em geral, tornam-se mais comuns, a preocupação aumenta. É nesse cenário que o Brasil desenvolve sua estratégia de enfrentamento à nova gripe, a partir de uma campanha de vacinação que objetiva imunizar um público-alvo de 91 milhões de pessoas. Mas essa ideia de organização de uma resposta da saúde pública, baseada em estratégias de enfrentamento, não esteve presente em todos os momentos da história em que ocorreram epidemias de gripe.

### Entendendo a influenza

Causada pelo vírus de mesmo nome, a influenza, ou gripe, é uma doença respiratória transmitida de pessoa para pessoa através de tosse, espirro ou a partir do contato de um indivíduo com secreções respiratórias de pessoas infectadas

pelo vírus. Mas, se todas as gripes são causadas pelo vírus influenza, o que diferencia uma da outra? O vírus da gripe se subdivide, de acordo com suas características genéticas, em três diferentes tipos: A, B ou C. Além disso, esse mesmo vírus pode ter proteínas em sua superfície, que são identificadas através de letras. No caso da nova gripe, as letras H e N em seu nome significam Hemaglobulina e Neuramidase, as duas proteínas presentes na superfície do vírus influenza de tipo A. O número 1, que vem após as letras H e N na classificação da gripe, refere-se à ordem em que foram registradas essas proteínas. Isso quer dizer, então, que as proteínas presentes no vírus da nova gripe têm semelhanças com proteínas que já haviam circulado em vírus anteriores.

A gripe que ficou conhecida como ‘espanhola’ e gerou uma epidemia em 1918, por exemplo, também foi causada pelo vírus Influenza tipo A com as proteínas H1 e N1. No entanto, a nova gripe não é igual à Gripe Espanhola. É que além do tipo e da proteína, há também a diferença de cepas. Isso significa que há mais uma especificidade em cada tipo de vírus, o que poderia ser comparado a dois seres humanos, do mesmo sexo, com o mesmo nome, mas com impressões digitais diferentes. Essas diferenças acontecem porque os vírus sofrem mutações causadas por sua interação com os organismos que infectam, saindo desses organismos sempre diferentes do que entraram. A nova gripe é causada por um vírus que é uma recombinação genética daquele que circulou em 1918. É o que explica Marilda Siqueira, pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz): “A nova gripe é causada por um vírus que tem segmentos de origem humana, segmentos de origem aviária e segmentos de origem suína. Foi a primeira vez em que foi detectada essa composição de segmentos num vírus influenza. O vírus que circulou em 1918 apresenta diferenças, no que se refere ao genoma, em relação ao vírus que começou a circular no ano passado e ao que está circulando agora”, diz.

Um histórico sobre o vírus disponibilizado pelo Ministério da Saúde do Brasil conta que as primeiras suspeitas de infecção por influenza datam do século V a.C. Hipócrates, considerado o ‘pai da medicina’, produziu relatos sobre uma doença respiratória que desapareceu logo após matar muitas pessoas num período de poucas semanas. Mas a primeira epidemia de influenza, ou seja, o primeiro caso de infecção simultânea por um grande número de indivíduos, ocorreu em 1889. Na ocasião, cerca de 300 mil pessoas morreram, especialmente idosos.

Após esse episódio, a epidemia de Gripe Espanhola de 1918 foi responsável pela morte de aproximadamente 40 milhões de pessoas em todo o mundo. Em 1957, a chamada ‘gripe asiática’ vitimou cerca de um milhão de pessoas. E, desde 2003, a ‘gripe aviária’ infectou 121 pessoas e matou 62 na Ásia.

### **Epidemia e sistema de saúde: o caso da Gripe Espanhola**

Os números impressionam: 50% da população mundial e 65% da população brasileira infectadas. No total, 40 milhões de pessoas mortas. Só no Brasil, foram mais de 35 mil. Segundo o pesquisador Luiz Antônio Teixeira, da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), pensar a Gripe Espanhola é refletir sobre suas especificidades e, ao mesmo tempo, sobre o impacto que gerou na história: “A Gripe foi um evento de proporções inimagináveis naquele momento. Mas mais importante do que isso é o que ela representou do ponto de vista simbólico: aquele era um período de muito otimismo em relação à saúde, e o desenvolvimento da bacteriologia tinha causado a impressão no mundo de que as epidemias estariam sobre controle. A Gripe Espanhola foi um corte nessa forma de pensar”, explica.

No artigo ‘Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro’, Adriana Goulart, mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), situa o desenvolvi-

mento da epidemia no contexto da Primeira Guerra Mundial: “A alcinha de espanhola [para a gripe] provinha do fato de que em terras de Espanha não se fazia segredo dos estragos feitos pela epidemia”.

A pesquisadora explica no artigo que, num primeiro momento, enquanto a epidemia se disseminava pelo mundo, no Brasil e especialmente na cidade do Rio de Janeiro (então capital da República), as notícias eram ignoradas ou tratadas com descaço: “As notícias sobre o mal dominante só começaram a ganhar maior destaque na imprensa quando os componentes da Missão Médica Brasileira que se encontravam a caminho de Dakar [capital do Senegal, na África] foram, um a um, adoecendo do misterioso mal”. Adriana destaca, ainda, que mesmo diante dessa situação não houve uma elaboração de resposta à epidemia pela saúde pública: “Nenhuma estratégia de combate à moléstia foi previamente montada para socorrer a população. Muitas foram as deficiências das estruturas sanitárias e de saúde reveladas durante o período pandêmico”.

Diante das dificuldades estruturais para responder à epidemia, dois elementos apareceram como caminhos para a contenção da doença: a higiene e a educação. É o que demonstra Liane Bertucci-Martins, doutora em história social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no artigo ‘Conselhos ao povo: educação contra a influenza de 1918’. Partindo do estudo do desenvolvimento da Gripe Espanhola na cidade de São Paulo, a pesquisadora conta que médicos do Serviço Sanitário do estado e a imprensa se dedicaram à tentativa de educar o povo: “O ‘Comunicado do Serviço Sanitário’ foi resumido pelo jornal O Estado de São Paulo sob o nome de ‘Conselhos ao Povo’, e publicado e reeditado por vários jornais nos dias seguintes. Independentemente dos esforços do governo, caberia principalmente às pessoas, com atitudes higiênicas e saudáveis, evitar que a influenza espanhola se propagasse em São Paulo de maneira violenta”, diz o artigo.

Luiz Antônio destaca que, mesmo diante desses esforços, a situação foi de caos social: “A saúde pública era muito pouco organizada. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, parou durante alguns dias, as pessoas não podiam ir trabalhar, as fábricas fecharam, não tinha lugar para hospitalizar as pessoas, o número de mortes era imenso e os corpos ficavam nas ruas. Em São Paulo, viam-se os mesmos tipos de cena, embora a cidade ainda tenha contado mais com a ação de entidades filantrópicas. No momento de crise, houve uma tentativa de criação de estruturas momentâneas para resolver o problema, como enfermarias”.

Parte dessa desarticulação, a atuação dos profissionais de saúde era muito limitada e essencialmente centrada na figura dos médicos. A própria profissionalização e regulamentação da carreira de enfermagem só iriam ocorrer na década de 1930. No momento da epidemia, a enfermagem era assumida muitas vezes por irmãs de caridade. Luiz Antônio lembra o papel da crítica ao sistema de saúde possibilitada pela epidemia: “Essa crise não gerou uma reforma que desse conta de outras epidemias, mas foi muito importante na crítica a diversos setores da saúde que acabou por gerar uma grande reforma na saúde pública ocorrida no final de 1919. O momento epidêmico gerou discussão sobre a fragilidade da saúde pública no Brasil e sobre a necessidade de uma nova estrutura”, avalia. E termina salientando a importância de um sistema universal de saúde, como o SUS, para a organização de estratégias frente a epidemias: “O SUS faz com que a política brasileira em relação a epidemias seja muito mais ampla e inclusiva. Quando começou a epidemia de H1N1, o serviço de saúde impediu a venda do medicamento pela iniciativa privada. Ele passou a ser distribuído pelos hospitais. Houve muita crítica a esse processo, mas, a meu ver – a despeito de ter tido problemas gerenciais – é um processo extremamente correto, porque garante o atendimento de um maior número de pessoas necessitadas”, defende. ●

## Megaeventos esportivos e políticas públicas

Realização de eventos  
esportivos de grande  
porte no Brasil levanta  
debate sobre sua  
relação com as políticas  
implementadas  
pelo Estado

Leila Leal

No próximo mês de junho terá início a Copa do Mundo de Futebol. A proximidade de um dos maiores campeonatos esportivos do mundo, que será sediado na África do Sul, traz à tona uma série de discussões sobre os contornos que vêm sendo assumidos pela organização dos grandes eventos esportivos em diferentes países, sua relação com as políticas públicas e sobre seu lugar diante das necessidades econômicas do capitalismo em seu atual período de desenvolvimento. No Brasil, sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro), esses debates começam a aparecer com frequência cada vez maior.

Uma das primeiras questões levantadas refere-se ao sentido e aos objetivos do investimento público para a viabilização de megaeventos. Diante da precarização das condições de vida da população e da repetidamente alegada escassez de verbas públicas para políticas sociais, a pergunta é quase imediata: por que priorizar os eventos esportivos? Mais ainda: do ponto de vista do sentido das políticas sociais de esporte, porque optar por um projeto orientado para a realização de eventos de grande porte com muito investimento em detrimento de políticas para a área conectadas ao dia-a-dia e à realidade da maioria



Abertura dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007

Ricardo Stuckert/PPR

da população? A resposta mais comumente ouvida é a de que, além de ‘movimentarem a economia’ e gerarem empregos, os megaeventos seriam responsáveis por deixar um ‘legado social’ às suas cidades-sede.

Para Bruno Gawryszewski, bacharel em Educação Física, doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Escola Nacional de Circo, as experiências recentes, como a dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro, realizados em 2007, demonstram que esse argumento nem sempre se confirma. “No caso dos Jogos Pan-Americanos, R\$ 3,3 bilhões saíram dos cofres públicos e as promessas de novas linhas de transporte aquaviário, expansão do metrô, duplicação de uma das principais auto-estradas do Rio de Janeiro e despoluição das lagoas e da Baía de Guanabara tornaram-se letra morta”, destaca. E analisa: “As transformações estruturais urbanas ligadas aos megaeventos esportivos estão envolvidas em um projeto de produção do espaço que visa a projetar as cidades e países-sede como ‘globais’, ou como territórios propensos a atrair grande aporte de capital. As metrópoles adotaram uma perspectiva urbana que canalizou grandes obras promovidas pelo Estado com o objetivo de transformar as áreas obsoletas em espaços propícios a receber as atividades da ‘economia pós-industrial’, tais como o setor de serviços, os complexos de lazer e entretenimento, a rede hoteleira, e outros”, diz.

### Projeto de cidade

Sob essa perspectiva, pesquisadores e movimentos sociais discutem o projeto de cidade desenvolvido na lógica de construção dos megaeventos esportivos. A conversão das cidades em mercadorias e empresas foi tema de debates no Fórum Social Urbano, uma iniciativa dos movimentos sociais realizada em março deste ano no Rio de Janeiro. Na ocasião, o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) Carlos Vainer discutiu o aprofundamento desse processo na esteira de realização dos megaeventos. Em sua palestra, disponibilizada pelo Boletim Olhar Virtual, da UFRJ, o professor destacou que “a partir do momento que a cidade é vista como mercadoria, vendê-la se converte em objetivo básico dos governos locais. No planejamento estratégico do Rio, por exemplo, está escrito que um dos problemas da cidade é a visibilidade da população de rua. Ou seja, o ruim não é haver pessoas que não possuem moradia, mas sim elas serem visíveis. Seguindo essa linha de raciocínio, se uma cidade é empresa, ela deve ser entregue a quem entende de negócios.

O setor privado deve assumir a gestão das estratégias econômicas locais”, analisou.

O professor relacionou, ainda, a realização desses eventos com a criminalização da pobreza: “Um megaevento leva isso ao extremo e gera o que nós podemos chamar de ‘cidade de exceção’, por analogia ao Estado de exceção - uma cidade na qual não vigoram mais as regras de convivência urbana, porque outra razão se impõe. Nela, há o controle direto do capital sobre a direção da cidade. A cidade de exceção, ao final, permite esconder a pobreza e autoriza a sua criminalização. É o que aconteceu em Johannesburgo, capital da África do Sul, que abrigará a Copa do Mundo de 2010: os vendedores ambulantes foram expulsos das áreas próximas às instalações das competições”, analisou.

### **Novas relações econômicas do campo esportivo**

Segundo Bruno Gawryszewski, existe uma ‘indústria do esporte’, que movimenta cifras cada vez maiores e associa-se a diversos segmentos do mercado capitalista, elaborando os megaeventos esportivos como seu produto mais desenvolvido. “A grande transformação do campo esportivo pode ser localizada na década de 1970. Ao mesmo tempo em que o capital passava por uma crise com diminuição de suas taxas de lucro e orquestrava uma reestruturação produtiva da economia, a Federação Internacional de Futebol e o Comitê Olímpico Internacional foram assumidos por gestões que as alinharam plenamente aos interesses mercantis. A partir daí abriu-se um modelo de organização esportiva em que agentes privados controlam a organização dos torneios e a gestão de equipes através de uma lógica empresarial”, conta.

No entanto, o desenvolvimento da ‘indústria do esporte’ só pode ser compreendido por completo se inserido no contexto das necessidades colocadas para a reprodução do capital em seu atual estágio de desenvolvimento. É o que analisam

Bruno e Adriana Penna, professora de educação física e doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no artigo ‘O esporte na nova geografia esportiva mundial: vias de expansão do capitalismo monopolista’. A partir da análise dos dados referentes ao montante de capital investido e obtido com a realização dos megaeventos, do levantamento dos locais em que são prioritariamente realizados e da investigação teórica sobre sua inserção na economia mundial, os pesquisadores discutem a relação entre a promoção dos megaeventos esportivos, sobretudo a partir dos contornos que assumiram nos anos 2000, e o processo de reprodução do capital durante as chamadas ‘crises de sobreacumulação’, apontando os megaeventos como uma forma de responder a essas crises através da exportação de capitais. Isso quer dizer que, diante das dificuldades enfrentadas pelo capitalismo (que precisa produzir cada vez mais e, com isso, cria sistemáticas crises de superprodução e acumulação de capitais), uma saída para reinvestir o dinheiro que ‘sobra’, ou não encontra aplicação imediata e acaba se desvalorizando, tem sido a realização desses eventos.

A expansão geográfica e a reorganização espacial dos investimentos aparecem como uma forma de valorizar esse capital. Nesse mecanismo, o capital excedente precisa ser deslocado para projetos de longo prazo, sobretudo a partir da construção de grandes infraestruturas físicas que se desenvolvam ao longo de muitos anos, para que seja ‘reciclado’ e volte ao circuito econômico – aliviando, temporariamente, o problema da sobreacumulação. Mas, para viabilizar isso, surge uma outra necessidade: diante da concorrência, os investidores buscam aplicar esse capital nos locais de menores custos e maiores taxas de lucro. Por isso, os maiores eventos esportivos passam a ser realizados, a partir desta década, nos chamados ‘países em desenvolvimento’: “Nesses países, a possibilidade de exploração do trabalho se faz com menor resistência, tanto por conta dos baixíssimos salários pagos aos trabalhadores quanto pelas condições de reação da classe, que, em geral, encontra-se em processo de fragmentação e refluxo de suas lutas”, avalia Adriana Penna.

### **‘Produção para a destruição’**

Por fim, um outro elemento salientado pelos pesquisadores é o processo de produção e subsequente destruição física dos grandes estádios destinados aos megaeventos esportivos. Segundo eles, esse processo acontece em todo o mundo e soma-se à permanente criação de necessidades de consumo ligadas ao mercado esportivo e todo o seu aparato e infraestrutura. No artigo ‘Guerra ou paz: o esporte como produção destrutiva’, Bruno e Adriana analisam os casos de demolição de estádios e lembram que muitas estruturas construídas para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro já estão abandonadas: “Embora as arenas construídas não tenham sido literalmente demolidas até o momento, transformaram-se em estruturas obsoletas. Quando muito, são entregues pelo poder público à iniciativa privada – sob contratos de longa duração e a preços insignificantes, se comparados ao custo que representaram ao orçamento público”, destacam.

Segundo Bruno, a ‘produção destrutiva’ – conceito desenvolvido pelo filósofo húngaro Istvan Mészáros – insere-se no contexto das crises capitalistas como uma estratégia de aceleração da circulação do capital excedente – ou seja, uma forma de o capital realizar o seu valor. “Parece irracional e, de fato, é. A construção e destruição de arenas e estádios esportivos são defendidas pelos dirigentes esportivos como mero procedimento que visa a adequá-los tecnicamente às exigências das federações esportivas. Mas representam os interesses de certas frações burguesas, como o setor imobiliário, hoteleiro, do entretenimento e empreiteiras, que são envolvidos direta ou indiretamente na indústria do esporte”, finaliza. ●

# Escola Nacional Florestan Fernandes

Criação da Associação dos Amigos da ENFF marca os cinco anos da experiência de formação dos movimentos sociais

Leila Leal



Arquivo ENFF

Uma escola para os trabalhadores feita pelos próprios trabalhadores, com o objetivo de formar teórica e politicamente militantes de diferentes movimentos sociais do Brasil e do mundo. A ideia, elaborada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), foi o ponto de partida para a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada em janeiro de 2005. A ENFF completou, neste ano de 2010, cinco anos de funcionamento tendo oferecido cursos e atividades a aproximadamente 15 mil jovens e contando com um corpo de cerca de 300 professores. Nesse contexto, intelectuais, simpatizantes e militantes de movimentos sociais estruturaram a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, com o objetivo de apoiá-la tanto do ponto de vista político quanto material. Nesta reportagem, você vai conhecer um pouco mais da história da Escola, do funcionamento da Associação e saber como participar e apoiar esse instrumento de educação dos movimentos sociais.

## Projeto de educação dos trabalhadores

As primeiras discussões para a criação da ENFF ocorreram em 1996, quando o MST sentiu a necessidade de construir um espaço nacional para a formação dos militantes. Dois anos depois, em 1998, o Movimento deflagrou uma campanha internacional para arrecadar fundos e viabilizar o início da construção da Escola. A partir da divulgação e venda de um trabalho fotográfico sobre o MST feito por Sebastião Salgado, prefaciado pelo escritor português José Saramago e musicado pelo compositor Chico Buarque, militantes do Brasil e do mundo levantaram as verbas que permitiram que, em março de 2000, o canteiro de obras da ENFF fosse iniciado na cidade de Guararema (São Paulo). Seguiram-se cinco anos de um processo de construção baseado em princípios identificados com a proposta pedagógica da Escola.

Geraldo Gasparin, coordenador pedagógico da ENFF, conta que foram quatro os pilares que sustentaram esse processo: “Em primeiro lugar, a Escola é fruto da solidariedade internacional da classe trabalhadora, que levantou os fundos para sua construção. Em segundo lugar, temos o trabalho voluntário dos militantes e da base social do MST. De 2000 até 2005, mais de 1.200 pessoas organizadas em brigadas trabalharam voluntariamente para a construção da ENFF. O terceiro pilar foi a própria técnica que utilizamos para construí-la, que utilizou como matéria-prima a terra: a Escola

foi construída com solo-cimento, uma técnica que não agride o meio-ambiente. E o quarto elemento é o estudo: nesses cinco anos, as brigadas dedicavam-se durante o dia ao trabalho voluntário e, à noite, participavam do processo de formação, que alcançou todos os trabalhadores que participaram da construção da Escola”, explica.

Em janeiro de 2005, quando a ENFF foi inaugurada, um seminário reuniu militantes de todo o mundo para a troca de experiências e discussão sobre iniciativas de formação política e teórica. O debate, que teve como base o relato de mais de 15 experiências realizadas em diferentes continentes, resultou na formulação da concepção pedagógica da Escola Nacional. Geraldo Gasparin destaca que, diante do objetivo principal de formar a consciência política da militância, um dos elementos centrais da concepção pedagógica da ENFF é a articulação entre teoria e prática. “Todos os nossos cursos estão montados na perspectiva de alternância de etapas. O educando que vem pra Escola tem um período intensivo, elaborando novos conhecimentos e se apropriando dos conhecimentos já sistematizados pela humanidade nas diferentes áreas. Depois disso, volta para sua comunidade, para responder aos desafios da própria prática e também para refazer a sua

elaboração. É o período que chamamos de inserção no ‘tempo comunidade’”, descreve, lembrando que a noção de trabalho como princípio educativo também se materializa no próprio dia-a-dia da ENFF: “A Escola é mantida pelo trabalho dos militantes, dos educandos. Não temos funcionários para as tarefas de organização, limpeza e manutenção da estrutura física. O trabalho é um princípio educativo para nós: toda a auto-sustentação da Escola depende da atividade dos educandos”.

## Cursos e atividades

A ENFF se organiza em cinco diferentes núcleos de estudo. No núcleo de cursos formais estão reunidos os cursos de nível superior, tanto de graduação como de mestrado, em áreas como pedagogia, história, direito, veterinária, agronomia, ciências sociais, letras e outros. A Escola possui convênios com 42 universidades brasileiras para o oferecimento desses cursos, que são reconhecidos pelo Ministério da Educação e, em sua maioria, realizados nos espaços das próprias universidades, ministrados conjuntamente por essas instituições e a ENFF. Alguns deles, no entanto, têm parte de suas atividades realizadas na própria Escola. No núcleo de estudos latino-americanos desenvolvem-se diferentes cursos voltados ao debate e formulação teórica e política sobre o continente. Entre eles, há o curso intensivo de teoria política latino-americana, que inicia em 2010 sua quarta turma com cerca de 100 jovens militantes de diferentes países. O núcleo também promove um curso de pós-graduação em estudos latino-americanos, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e o chamado ‘curso de formação de formadores’, voltado para militantes envolvidos com os processos de formação política de suas organizações. O terceiro grupo de cursos é o núcleo de teoria política, que oferece um currículo geral englobando as áreas de filosofia, economia política, história, questão agrária e outros temas para militantes do MST e de outros movimentos sociais brasileiros. Há ainda o núcleo sindical, que aprofunda conhecimentos junto ao movimento operário urbano e prepara formadores para atuação no meio sindical, e o núcleo da juventude, que oferece cursos voltados aos jovens do meio urbano.

Geraldo Gasparin destaca que o desenvolvimento de um projeto de educação próprio da classe trabalhadora não deve substituir a luta para que o Estado garanta educação pública de qualidade para todos. “A função da ENFF não é substituir o papel do Estado, e sim desenvolver a formação política e ideológica para que se transforme o conjunto das relações sociais – inclusive o próprio Estado. A ENFF preocupa-se com a educação de nível superior, com a escolarização, com a formação política, mas entendendo que a educação é dever do Estado. O acesso à educação de nível superior é altamente seletivo, e a ENFF pode fazer a sua parte cobrando do Estado e criando as condições para que a juventude possa efetivamente encontrar, nas políticas públicas e na luta do movimento social para garantir essas políticas, o direito efetivo à educação”, defende.

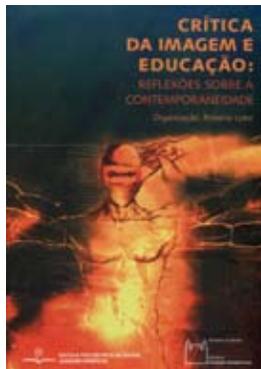
## Associação dos Amigos marca quinto ano da ENFF

No ano em que o projeto completa seus primeiros cinco anos de funcionamento, a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes se estrutura e dá início às suas atividades. Criada em dezembro do ano passado, ela é uma iniciativa de intelectuais, militantes e simpatizantes dos movimentos sociais e tem como principal objetivo garantir o pleno funcionamento e expansão da ENFF. Segundo o jornalista José Arbex Jr., fundador da Associação e integrante de seu Conselho de Coordenação, o cenário de ataques conservadores ao MST colocou a tarefa do apoio à Escola na ordem do dia: “A abertura da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) contra o MST e a reforma agrária, uma grande farsa parlamentar montada

pelo agronegócio, obriga o Movimento a mobilizar suas energias para resistir aos ataques do capital. Como resultado, a ENFF torna-se carente de recursos. Nós não podemos permitir que ela interrompa ou sequer diminua o ritmo de suas atividades. Com a Associação, promoveremos seminários, atividades artísticas, culturais e políticas com o objetivo de arrecadar fundos para as atividades da ENFF”, explica. Geraldo lembra que o papel da Associação não se restringe ao apoio financeiro: “A Associação deve ser um espaço de articulação de intelectuais que estão buscando um local de encontro para fazer suas reflexões, para encontrar a teoria com a prática transformadora da realidade. Ela tem o papel de ser um ponto de sustentação da nossa Escola no meio intelectual, de defesa das ideias socialistas e de um projeto de transformação social”, avalia.

A Associação já tem sede própria, está constituída como pessoa jurídica e organiza uma campanha de adesões. Atualmente, conta com mais de 400 associados e planeja a realização de um Seminário de Altos Estudos Contemporâneos em São Paulo ao longo do ano de 2010. “Abordaremos grandes temas da conjuntura contemporânea: das enchentes em São Paulo à pandemia da depressão no capitalismo. A ideia é divulgar, durante o seminário, o projeto da Associação. Estamos também iniciando o processo de estruturação de núcleos da associação no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e várias outras capitais e cidades brasileiras”, conta José Arbex Jr. Os interessados podem participar de duas formas, optando entre a associação plena e a solidária. Os sócios plenos contribuem com R\$ 20 mensais, e os sócios solidários definem o valor de sua contribuição – que pode ser maior ou menor do que o estabelecido para a associação plena. Para aderir, basta entrar em contato com a Secretaria Executiva da Associação pelo telefone (11) 3105-0918 ou através do e-mail [associacaoamigos@enff.org.br](mailto:associacaoamigos@enff.org.br). ●

# O império da imagem no mundo contemporâneo



O livro 'Crítica da Imagem e da Educação: Reflexões sobre a contemporaneidade' reúne artigos de profissionais da área da cultura voltados para a reflexão sobre o império da imagem no mundo contemporâneo e as formas de sua articulação com o capital. O livro tem como fio condutor o desafio de “articular potencialmente a crítica da imagem à crítica da sociedade do capital”, o que faz de modo exemplar, uma vez que esta articulação põe em relação dois momentos autônomos e conjugados da educação emancipatória: o momento da construção teórica, no qual se procura pensar a produção simbólica predominantemente colonizada pelos interesses do capital, e o momento da prática educacional, isto é, a intervenção compromissada com o desmonte das relações capitalistas e com a reconstrução dos valores culturais da sociedade sem classes. A dificuldade de pôr em relação estes momentos é bem expressa no artigo de Marília Campos e Roberta Lobo, onde, ao refletirem sobre “a relação contraditória, tensa, dolorosa existente entre a produção do conhecimento e a práxis política” as autoras afirmam que “o tensionamento se materializa através das necessidades de um tempo mediado recheado de problematizações e inconclusões, como o tempo

da produção do conhecimento, em contraponto com as necessidades do tempo imediato das respostas políticas flechadas pela certeza da ação pragmática”.

Vê-se assim como a problematização e a inconclusão assumem, nos estudos em questão, o estatuto de método – elas firmam as condições de possibilidade da relação dialógica. No entanto, longe se acham da inconclusão os princípios teóricos sobre os quais se sustentam as investigações publicadas. Uma unidade teórica conquistada no calor das experiências educacionais vividas pelos autores emana dos artigos e, dentre esses consensos, o primeiro que salta à vista é o conceito de cultura. Apoiados num leque de autores alinhados com a crítica cultural de esquerda, como Theodor Adorno, Walter Benjamin, Raymond Williams, Guy Debord ou os brasileiros Antonio Cândido e Robert Schwarz, os estudos tomam a cultura como um campo de disputa entre o capital e o trabalho, aberto à contestação e à re-apropriação. “Se a cultura, em tempos de sociedade do espetáculo, se transforma num perigoso atrativo para a desmotivação política dos espoliados pelo capital, é o caso de reconhecer aí também os meios de recusa e suas formas”, é dito num artigo escrito por professores da UnB da área de linguagens do curso Educação do Campo.

A primeira parte do livro é dedicada a estabelecer as relações entre crítica da imagem e crise civilizatória. Dos cinco artigos que compõem esta parte, três abordam o tema da barbárie segundo diferentes perspectivas, e, dentre eles, merecerá especial atenção o trabalho do professor Marildo Menegat, que mostra, através do pensamento de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, Carlos Nelson Coutinho, Roberto Schwarz e Paulo Arantes, como o conceito de barbárie surge como uma forma abrangente e compreensiva de entendimento da realidade brasileira.

Outro tema abordado com profundidade em diversos artigos é a forma artística, apresentada tendo como contraponto dialético o problema da sociedade. André Bueno discute a relação forma literária/processo social através de uma tocante reflexão sobre os seus anos de formação, durante a ditadura militar, quando o autor, estudante de Letras, foi “crescendo no refluxo de linhas de força derrotadas”. Num relato que desliza entre a primeira pessoa, o “eu” que reflete sobre a experiência passada, e a terceira pessoa, “o jovem em formação” que sofre os efeitos do desmonte da massa crítica operado pela ditadura, o autor traça o retrato de uma geração que cresceu premida entre a herança do Modernismo paulista, as experiências vanguardistas da Poesia Concreta, o Lukács imediatamente identificado com o stalinismo, os ecos libertários das revoltas estudantis e uma concepção de literatura que se inspirava no formalismo russo e no estruturalismo francês e para quem ela era “apenas, e tão somente, forma e linguagem, sem nenhum referente externo ou exterior, a si mesma bastando, e em si mesma completando o seu sentido”. O esforço de se afastar leva-o a ver que este era um falso problema, pois não dava conta “da relação dialética que precisava ser elaborada e precisada”. É assim que o autor chega à lição de Adorno: “é no mais profundo da forma estética que se encontra cifrada a matéria social, depurada e mediada”, e ao senso das mediações entre literatura e sociedade.

A segunda e a terceira partes do livro são constituídas por artigos que se debruçam sobre as experiências educacionais de seus articulistas. A educação do campo é contemplada em dois artigos; o primeiro, um estudo já citado dos professores da UnB, que refletem sobre as concepções, os princípios e os métodos educacionais articulados na formação cultural dos professores do MST; o segundo, um estudo de Isabel Brasil, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz, que relaciona a herança da Teoria Crítica com a Educação do Campo, com destaque para a educação dos trabalhadores da saúde do MST. Dos artigos constam também diversas experiências com a linguagem cinematográfica em escolas de ensino médio – todas lidando com o desafio de levar o aluno a questionar os padrões hegemônicos de representação da realidade que nos in-formam, e que só através de um laborioso esforço crítico poderemos transformar. ●

Crítica da Imagem e da Educação: Reflexões sobre a contemporaneidade. Organização: Roberta Lobo. EPSJV, 2010, 291p.

**Marcio Rolo**, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

# HEGEMONIA

Como se faz para que um trabalhador acorde diariamente, deixe sua casa, enfrente transportes lotados e uma série de dificuldades para ser explorado e reproduzir a ordem que o oprime? A resposta imediata a essa pergunta, certamente, levaria em consideração as necessidades materiais do trabalhador e também os mecanismos que o obrigam a submeter-se a essas condições, como a repressão àqueles que questionam a ordem, as ameaças de demissão, entre outros. Mas apenas isso não basta para entender o estabelecimento e a manutenção das relações de poder. Há que se pensar, também, que esse trabalhador é fruto de processos de naturalização das relações de exploração; que acha justo que o seu patrão ganhe muito mais do que ele próprio com o seu trabalho; que acredita que o trabalho ‘dignifica o homem’; e que concorda que reivindicar melhores condições é ‘coisa de baderneiro’. Esse entendimento sobre a produção do consenso, do consentimento e do convencimento para a conformação e a perpetuação de uma determinada estrutura social, ao lado do uso da força e da coerção, é o ponto de partida para a compreensão do conceito de hegemonia. Identificado na teoria marxista com o pensador italiano Antonio Gramsci, o conceito coloca também o lugar da luta travada entre as diferentes classes sociais, em defesa de seus interesses, nessas dimensões de consenso e convencimento.

## História

A noção de hegemonia ganha aprofundamento na década de 1930, quando Gramsci, preso pelo fascismo, formula a chamada teoria ampliada do Estado. Mas o conceito se originou muito antes disso, na Grécia Antiga, quando tinha um sentido de direção estritamente relacionado ao âmbito militar. Derivando do grego *eghestai* – que significa ‘ser líder’, ‘conduzir’ –,

a palavra *eghemonia* designava o comando supremo das Forças Armadas. Na história do pensamento político marxista, o conceito foi, antes de Gramsci, utilizado por Lênin, o principal dirigente da Revolução Russa de 1917. Ele referia-se à hegemonia como capacidade de liderança política de uma classe no processo de construção de alianças, especificamente do proletariado russo na fase democrático-burguesa do processo revolucionário daquele país. Nesse sentido, para Lênin a hegemonia significou, naquele contexto, a capacidade de o proletariado conformar aliança com setores camponeses obtendo a liderança política a partir da unificação dos interesses que estavam em jogo.

Ainda hoje, mesmo com a difusão das formulações de Gramsci, há diferentes acepções para o termo. Isso significa que o conceito gramsciano não é o único a ser utilizado, mesmo sendo o mais desenvolvido e fazendo parte de uma teoria mais ampla. É o que explica Eduardo Coutinho, professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e coordenador do projeto de pesquisa ‘Gramsci: a comunicação como política’: “A palavra hegemonia é utilizada, nos dias de hoje, em dois sentidos opostos. Ela pode significar predomínio político, o que geralmente é associado à postura de um Estado sobre o outro e pode ter como sinônimos as noções de ‘hegemonismo’ ou ‘imperialismo’. Mas pode, também, significar uma liderança política, que envolva a noção de consentimento, de uma classe sobre outras”, diz, lembrando que é nesse último sentido que o conceito aparece nas formulações marxistas e, mais especificamente, na obra de Gramsci.

## Coerção e convencimento

A noção de hegemonia pode ser entendida a partir de exemplos cotidianos. Foi através de uma comparação com a estrutura familiar que Luiz Filgueiras, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pós-doutor em economia pela Universidade Paris 13, discutiu esse conceito com os alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), na aula inaugural que proferiu no ano passado. “Pergunto: quem tem a hegemonia na casa de vocês? Seus pais e suas mães, um dos dois ou vocês? Os pais têm o poder de tirar a mesada, colocar de castigo, fazer proibições – e isso é a dominação, feita a partir da violência, da força e da coerção. Mas além da dominação é preciso o elemento do consentimento. Isso significa reconhecer nos seus pais uma legitimidade em relação a vocês. Reconhecer que eles têm uma preponderância porque são interessantes, têm mais experiência e coisas a lhes passar. Ou seja, vocês têm uma certa admiração, um certo consentimento na dominação e no poder que seus pais têm. No momento em que não querem consentir, eles usam a coerção”, comparou. Esse é um exemplo que demonstra, com materialidade, a articulação entre coerção e consentimento. A única diferença dessa situação cotidiana com o conceito propriamente de hegemonia é que, diferente de pais e filhos, a sociedade não é ‘menor’ do que o Estado ‘adulto’, nem é ‘educada’ como faz a socialização primária da família.

## Hegemonia e teoria ampliada do Estado

O exemplo que abre esta matéria mostra que a sociedade não é harmônica, mas sim permeada por interesses conflituosos. Quando aquele trabalhador se insurge contra algum dos aspectos que o oprimem, aparecem prontas para repreendê-lo, com pressão ou violência, estruturas como a polícia, as forças armadas, as leis e outras. Essas instâncias, que são meios

para a utilização legal da força, são parte integrante do Estado. A conclusão? O Estado, que é uma estrutura de poder instituída nas esferas política, jurídica e social, não é 'neutro' em relação a sociedade; ao contrário, existe em parte para colocar a sua força a serviço da manutenção das estruturas de poder nela vigentes.

Mas, para entender o conceito de hegemonia, é preciso saber que essa reprodução da ordem social só acontece quando a força se combina com estratégias de convencimento e consentimento. Nesse contexto, instituições como a Igreja, a escola, a mídia, os sindicatos, os partidos políticos e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre outras, cumprem papel fundamental, elaborando e difundindo as ideologias que formam as consciências das classes e o consenso.

E qual a verdadeira relação entre essas instituições e o Estado? A resposta a essa pergunta é uma das ideias mais importantes do pensamento de Gramsci. Contrariando o senso comum, que as entende como esferas separadas, que precisam, inclusive, manter entre si o maior distanciamento possível, o autor italiano defendeu que uma noção ampliada de Estado deve entendê-lo como a soma do que ele chamou de "sociedade política", organizada para a coerção, e "sociedade civil", que engloba as instituições responsáveis pela produção do consenso. As instituições que compõem a sociedade civil são, então, 'aparelhos privados de hegemonia' que exercem, segundo Eduardo Coutinho, função política e cultural. "Assim, o Estado passa a ter a função de organizar a cultura e criar uma consciência correspondente aos seus interesses, na luta pela direção político-ideológica da sociedade", explica.

A grande novidade, em Gramsci, é perceber que a hegemonia encontra, na sociedade civil, a sua base material. É importante lembrar que, para ele, esse processo acontece nas sociedades que chamou de 'ocidentais': as que desenvolveram, principalmente no último terço do século XIX, os processos de participação

política da sociedade. Diferente dos Estados marcados pela pouca participação e atuação de sindicatos na clandestinidade, essas sociedades experimentaram a criação de grandes sindicatos, partidos políticos de massa, conquistaram o sufrágio universal, entre outros elementos que possibilitaram o surgimento da sociedade civil como esfera social.

### **O Estado educador: hegemonia como relação pedagógica**

Esse Estado ampliado, organizador da consciência, torna-se educador. É o que explica Lucia Neves, pesquisadora da EPSJV e organizadora do livro 'A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso': "A partir da consolidação da cultura urbano-industrial, o Estado torna-se educador. Ele educa o consentimento da população a uma certa concepção de mundo, e a busca do consentimento é uma dominação por hegemonia", destaca. E completa: "Gramsci formula o conceito do Estado educador, como a direção intelectual e moral de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. A partir daí, temos toda relação de hegemonia como uma relação pedagógica. Por isso, nossos estudos classificam esse movimento como 'pedagogia da hegemonia', que foi e é dominante da classe burguesa".

Nesse sentido, a postura do Estado frente à educação 'formal', à escola, está orientada, como nos demais aparelhos privados de hegemonia, para o convencimento e o consenso. A pesquisadora destaca que, diante de movimentos recentes de transformação do capitalismo, as estratégias do Estado burguês para a educação também se modificaram: "Há uma 'antiga' pedagogia da hegemonia, desenvolvida a partir do pós-guerra e que se estendeu até os anos 1980. Nela, a tendência era o estabelecimento de políticas sociais universais, com uma ação direta do Estado muito forte. Com a crise do capitalismo dos anos 1970, ocorreram mudanças na forma de acumulação do capital, na organização da sociedade, na constituição do Estado e, também, na estrutura e na dinâmica das relações de poder. A nova pedagogia da hegemonia aparece nesse contexto, ressignificando a noção de Estado ampliado e entendendo a sociedade civil não como um espaço de enfrentamento de concepções de mundo, mas sim como um espaço de harmonização de interesses conflitantes e prestação de serviços sociais, efetuados, em boa parte, a partir do chamado 'terceiro setor', composto por ONGs", diz.

Um outro elemento articulado ao conceito de hegemonia é a noção gramsciana de 'intelectual orgânico'. Segundo Eduardo Coutinho, a categoria também deve ser entendida no contexto da teoria ampliada do Estado: "É na sociedade civil que atuam os intelectuais orgânicos, buscando construir a hegemonia das classes que representam. Eles têm a função de criar, junto à sociedade, a consciência correspondente ao desenvolvimento de um outro modo de produção", aponta. É a partir desse entendimento da possibilidade de construção da hegemonia pelas classes subalternas, apontada por Gramsci, que se desenvolve a noção de contra-hegemonia, não explicitada, com esse nome, na obra do italiano. "Os grupos dominados construirão a sua contraposição à visão de mundo hegemônica, buscando a construção de uma nova forma de organização da produção e da ordem social. Essa hegemonia alternativa, que constrói uma nova cultura, é o que corresponde ao conceito de contra-hegemonia", sintetiza Eduardo. ●

#### **Saiba mais:**

- Cardernos do Cárcere, de Antonio Gramsci – Ed. Civilização Brasileira, 1999-2002.
- Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político, de Carlos Nelson Coutinho – Ed. Campus, 1992
- A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso, de Lúcia Neves (org.) – Ed. Xamã, 2005.